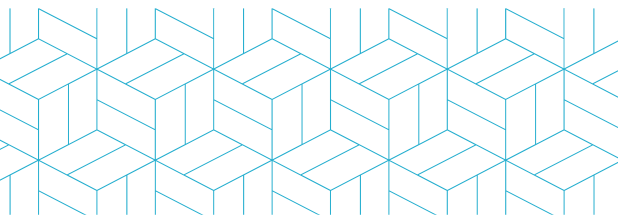


RBR Infra DI Renda Mais



RBR Infra DI Renda Mais

Julho 2025 | Relatório Mensal

Resultado

R\$ 1,15 / cota
Rendimento do Mês

R\$ 101,35
Cota Patrimonial

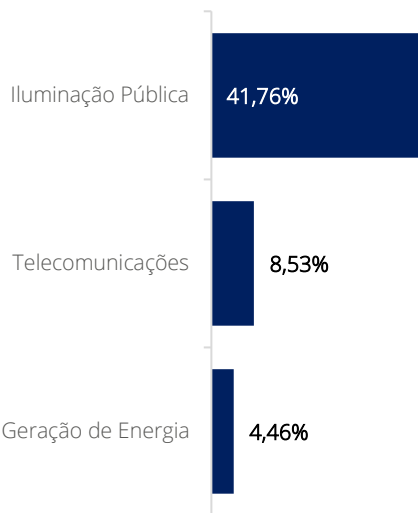
Alocação

CDI+ 5,43% a.a.
Carrego do Portfólio¹

4
Operações investidas

2,58 anos
Duration Média do
Portfólio

Alocação por Setor²



Aquisições no mês: Debêntures Qluz Participações S.A. (IP Joinville)

Vendas no mês: sem movimentações

Outras Informações

Cadastre-se em nosso
Mailing

[Clique Aqui](#)

Fale com
o RI

contato@rbrasset.com.br

Conheça nossas estratégias de Investimento

R\$ 10,8 bilhões Sob Gestão no Brasil e nos EUA,
com foco no mercado Imobiliário e em Infraestrutura

Desenvolvimento
Imobiliário



Tijolo - Renda

[RBRP11](#)
FII RBR Properties

[RBRL11](#)
FII RBR Log

[TOPP11](#)
FII RBR Top Offices

Crédito

[RBRR11](#)
FII RBR
Rendimentos
High Grade

[RBRJ11](#)
FII RBR Crédito
Imobiliário
Estruturado

[RPRI11](#)
FII RBR Premium
Recebíveis Imobiliários

[RBRJ11](#)
Fundo de
Renda Fixa em
Infraestrutura

Ativos Líquidos
Imobiliários

[RBRF11](#)
FII RBR Alpha
Multiestratégia

[RBRX11](#)
FII RBR Plus

Investindo de Um Jeito Melhor

Conheça nossa abordagem ESG

¹Refere-se à alocação do portfólio em debêntures, desconsiderando o caixa e outros ativos. ²Percentual por setor inclui a alavancagem do Fundo.

RBR Infra DI Renda Mais

Julho 2025 | Relatório Mensal

Nota do Gestor

Caro investidor,

Renda+. O RBR Infra DI Renda Mais ("Fundo") integra a família de fundos Renda+ da XP, sendo um veículo de prazo determinado com 7 (sete) anos de duração, com foco em investir os recursos captados ao longo dos primeiros 2 (dois) anos e, após tal período, os recursos investidos pelos cotistas, quando recebidos pelo fundo no âmbito das operações, passarão a ser devolvidos até a total liquidação do fundo. Desde o início, os cotistas farão jus à distribuição dos rendimentos mensalmente auferidos pelo fundo.

Tese. A tese de investimentos do RBR Renda+ é focada na aquisição de emissões de títulos de dívida de Infraestrutura no mercado primário, preponderantemente em ativos com risco projeto, combinando posições para carregos e potencial ganho de capital. A carteira do fundo é dividida em três books distintos – core, tático e yield. O book **core** é composto por emissões exclusivas com originação e estruturação proprietária ou emissões coordenadas por terceiros com participação ativa da RBR na estruturação, nas quais o fundo detém controle ou influência relevante em assembleias, com foco em operações de longo prazo e em estrutura de project finance. O book **tático** concentra-se em operações de alta liquidez, rating público e ampla distribuição no mercado, buscando ganhos de capital de curto e médio prazo, com viés mais oportunístico, com ênfase em movimentos de reprecificação de risco e upgrades de rating. Por fim, o book **yield** envolve emissões não incentivadas no mercado de infraestrutura, com foco em operações de duration mais curta, tais como bridge-loan e mini-perm, atuando como solução de capital transitória para projetos no setor.

Carteira. Encerramos o mês de julho com aproximadamente 54,8% do Patrimônio Líquido do Fundo já alocado em 4 (quatro) operações em 3 (três) setores distintos, em linha

com o previsto no estudo de viabilidade. A taxa média de aquisição foi de CDI + 5,43%¹ e duration média de 2,58 anos. Recomendamos a todos a leitura da seção dedicada ao monitoramento das operações no relatório, processo prioritário nas nossas teses de investimento. Informações adicionais podem ser encontradas na página dedicada ao Fundo (www.rbrasset.com.br/infraestrutura).

Novos Investimentos. Foi adquirida a operação de debêntures da Qluz Participações S.A., controladora da Qluz Joinville Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A., a qual detém o contrato de concessão administrativa do parque de iluminação pública para o município de Joinville. A emissão totalizou R\$ 32.550.000,00 e foi dividida em duas séries, com taxa ponderada entre as séries de CDI + 5,92% ao ano. A operação foi originada e estruturada pelo time de investimentos, reforçando a capacidade da RBR em desenvolver alternativas de financiamento personalizadas para os seus parceiros e em gerar valor consistente aos seus investidores com a ampla expertise da RBR no setor de iluminação pública.

A alocação reflete a estratégia focada na aquisição de emissões de título de dívida de infraestrutura, preponderantemente em ativos com risco projeto, e são aderentes com a rentabilidade líquida alvo do Fundo equivalente à CDI acrescido de 100 a 200 bps a.a.

Rendimentos. Anunciamos a distribuição de rendimento de R\$ 1,15 por cota referente a julho de 2025 para os investidores (equivalente a 86% do CDI em relação a cota de emissão). Tais rendimentos são isentos de IR para os cotistas e pessoas físicas.

¹A equivalência CDI+ das emissões indexadas ao IPCA são calculadas com base no DAP (contrato futuro de juros reais) de duration similar.

RBR Infra DI Renda Mais

Julho 2025 | Relatório Mensal

Resumo da Alocação do Fundo

Abaixo apresentamos a alocação do fundo considerando o patrimônio líquido ao final do mês de julho de 2025. Nosso time está trabalhando na diligência e estruturação de novas emissões em diferentes fases de maturidade que serão investidas pelo Fundo.

Ticker	Emissor	Setor	Volume (R\$ milhões)	% PL	Duration (anos)	Indexador	Taxa MtM	Taxa Aquisição	Taxa Equivalente (CDI)	NTN-B Referência	Spread NTN-B MtM	Spread NTN-B Aquisição	Rating
Book Yield			75,8	46,22%	2,3				5,77%				
CICC11	Conecta Campinas	Iluminação Pública	35,8	21,8%	0,4	CDI	6,00%	6,00%	6,00%	-	-	-	n/a
QLPA	Qluz Participações	Iluminação Pública	32,7	19,9%	3,7	CDI	5,92%	5,92%	5,92%	-	-	-	n/a
AENR11	Almada Energia	Geração de Energia	7,3	4,5%	5,4	CDI	4,00%	4,00%	4,00%	-	-	-	n/a
Book Líquido			14,0	8,53%	4,1				3,55%				
TEPA13	Brasil TecPar	Telecomunicações	14,0	8,5%	4,1	IPCA	11,86%	11,39%	3,55%	2030	bps	359 bps	A+
Debêntures			89,8	54,8%	2,58	CDI¹			5,43%				
Caixa e Outros Ativos ²	Fundo de Zeragem	-	74,2	45,2%	-	CDI	-	-		-	-	-	n/a
Total			164,1	100%									

¹A equivalência CDI+ das emissões indexadas ao IPCA são calculadas com base no DAP (contrato futuro de juros reais) de *duration* similar. ²O caixa do Fundo é composto pela alocação em fundos de zeragem, os ativos de renda fixa (Tesouro SELIC) alocados em margem do DAP para os contratos de swap e, adicionalmente, o ativo contábil decorrente do diferimento de determinados custos da oferta, que são amortizados diariamente.

RBR Infra DI Renda Mais

Julho 2025 | Relatório Mensal

Descrição e Monitoramento dos Ativos

CICC11 – Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

A Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. ("Conecta Campinas") é uma SPE que detém o contrato de concessão administrativa para desenvolvimento, modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública de Campinas, no estado de São Paulo, por um prazo de 13 anos (Mar'23 – Fev'36). No âmbito do contrato de concessão, a empresa é responsável pela (i) instalação de lâmpadas de LED em 124.484 pontos de iluminação; (ii) implantação de um sistema de telegestão para o parque de iluminação; e (iii) 421 projetos especiais de iluminação de destaque.



A concessionária é remunerada via contraprestação mensal advinda dos recursos arrecadados pelo Município de Campinas com a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública ("COSIP"). A COSIP é cobrada pela distribuidora local (CPFL) na conta de luz dos consumidores do município e repassada para uma conta vinculada ao contrato de concessão. A contraprestação máxima é de BRL ~22 mln/ano (data-base Jun'23) e é reajustada a cada 12 meses pelo IPCA. 79% do valor da contraprestação é fixo, sujeito a um *ramp-up* conforme marcos contratuais de avanço na modernização do parque de iluminação pública. Os outros 21% são variáveis conforme apuração de um índice de desempenho operacional.

O racional de crédito da operação é híbrido combinando uma estrutura de *project finance* com garantias dos acionistas, e é baseado no risco de conclusão da modernização do parque de iluminação pública e arrecadação da COSIP. A dívida é sênior e possui um pacote de garantias em primeiro grau que inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da COSIP, Direitos emergentes do Contrato de Concessão, Apólices de Seguro e Contratos do Projeto. Além disso, a emissão conta com fiança corporativa solidária dos acionistas. A debênture possui prazo de doze meses com amortização e pagamento de juros *bullet*, ou seja, no vencimento. A operação foi estruturada como um empréstimo-ponte que deverá ser amortizado por meio de nova dívida de longo prazo integralmente amortizável.

Monitoramento

A concessionária concluiu o 1º marco da concessão no dia 30 de abril de 2025, conforme limite estabelecido no contrato de concessão, com a modernização de 40.450 pontos de iluminação pública, 1000 faixas de pedestre, 36 parques e bosques, 12 monumentos e 4 patrimônios que contemplam a iluminação de destaque. A concessionária está em processo de cumprimento dos trâmites formais junto à prefeitura para obtenção do termo de aceite e o reconhecimento oficial da conclusão do marco pelo poder concedente. Após o aceite do Verificador Independente do contrato de concessão (Arcadis) a receita operacional bruta do projeto será majorada mais 33% da contraprestação máxima contratual. No momento, estamos estruturando o financiamento de longo prazo do projeto.

QLPA11 e QLPA21 – Qluz Participações S.A.

A Qluz Joinville Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A. é uma SPE controlada pela Qluz Participações S.A. e detém o contrato de concessão administrativa para a implantação, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Joinville, no estado de Santa Catarina por um prazo de 22 anos. No âmbito do contrato de concessão, a empresa é responsável, entre outras atividades, pela implantação, modernização, operação e manutenção de 58.310 pontos de iluminação pública, além da implementação de um sistema de telegestão e projetos de iluminação especial.



A concessionária é remunerada via contraprestação mensal advinda dos recursos arrecadados pelo Município de Joinville com a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública ("COSIP"). A COSIP é cobrada pela distribuidora local (Celesc) na conta de luz dos consumidores do município e repassada para uma conta vinculada ao contrato de concessão. A contraprestação máxima é de BRL ~18,1 mln/ano (data-base Fev'25) e é reajustada a cada 12 meses pelo IPCA. 80% do valor da contraprestação é fixo, sujeito a um *ramp-up* conforme marcos contratuais de avanço na modernização do parque de iluminação pública. Os outros 20% são variáveis conforme apuração de um índice de desempenho operacional.

A emissora é parte integrante do grupo Quantum, que foi fundado em 1990 no estado de Santa Catarina e possui uma atuação focada na prestação de serviços de engenharia para os setores elétrico e de iluminação pública. A Quantum é responsável pela gestão de ~379 mil pontos de Iluminação Pública em 18 municípios.

O racional de crédito da operação em estrutura *project finance non-recourse* é baseado no risco de conclusão da modernização do parque de iluminação pública e arrecadação da COSIP. A dívida possui um pacote de garantias em primeiro grau que inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da COSIP, Direitos emergentes do Contrato de Concessão, Apólices de Seguro e Contratos do Projeto. A debênture foi emitida em duas séries distintas. A primeira série (QLPA11) foi estruturada como uma dívida mezanino com prazo de 8 anos, pagamento de juros semestrais, carência de 3 anos e amortização customizada e a segunda série (QLPA21) apresenta prazo de 18 meses, com amortização e pagamento de juros *bullet*, ou seja, no vencimento. A operação foi estruturada como um empréstimo-ponte e, após determinados avanços na execução do contrato de concessão, será amortizada por meio da emissão de nova dívida incentivada de longo prazo.

RBR Infra DI Renda Mais

Julho 2025 | Relatório Mensal

 Descrição e Monitoramento dos Ativos

AENR11 – Almada Energia Renovável S.A.

A emissora é uma subholding constituída única e exclusivamente para a emissão da debêntures e controla integralmente as duas usinas fotovoltaicas objeto do financiamento. As usinas somam uma capacidade instalada de 7,0 MWp com uma estimativa de entrada em operação comercial em Set/25 para a UFV Almada e Mar/26 para a UFV Maresias.



Os equipamentos já foram adquiridos e pagos eliminando o risco de exposição cambial para o projeto. Os principais fornecedores contratados foram: Risen (Módulos), Isoeste Metálica (Estrutura Fixa) e a Huawei (Inversores). A Volts Engenharia é a responsável pela construção e desenvolvimento da usina assim como a operação e manutenção quando o projeto estiver operacional. O contrato de EPC é na modalidade de preço fechado com eventuais sobrecustos absorvidos pelo Epcista. As obras de conexão serão realizadas pela distribuidora local (Light).

As UFVs foram locadas para uma associação administrada pela Genial Comercializadora, a qual realiza a captação dos clientes e a comercialização da energia para a própria base. A carteira de clientes da Genial é diversificada tendo como principais clientes: AEGEA (39%), padarias (13%), condomínios (9%), bares e restaurantes (9%), TIM (8%) e residenciais (4%). A captação dos clientes é feita via fila de espera, conforme o avanço das usinas, com o risco de crédito pulverizado entre 50 e 100 clientes por associação.

O projeto apresenta uma estrutura de capital de 15% de equity e 85% em dívida. A operação foi emitida em outubro no montante de R\$ 23,4 milhões e conta com carência de juros e principal nos primeiros 21 meses. A dívida é sênior e possui um pacote de garantias reais e fidejussórias em primeiro grau, incluindo a alienação fiduciária das quotas das SPEs, máquinas e equipamentos e dos direitos de superfície, a cessão fiduciária dos direitos creditórios dos projetos. A estrutura ainda conta com uma fiança completion da holding Genial Solar. Os covenants da operação incluem o ICSD mínimo de 1,25x e pagamento de dividendos apenas após o completion financeiro das usinas.

TEPA13 – Brasil Tecnologia e Participações S.A.

A emissora é a 8ª maior empresa de banda larga fixa do Brasil em número de acessos, atuando desde a construção e gestão das infraestrutura de rede até a comercialização dos serviços (instalação, suporte técnico, cobrança e atendimento ao cliente). A companhia fornece acesso à internet via fibra ótica, serviços de TV por assinatura, telefonia fixa, soluções em nuvem, suporte de T.I. entre outras soluções voltadas à conectividade e tecnologia. O público-alvo é composto tanto por clientes B2B quanto B2C, em uma proporção de receita total de 70/30 respectivamente em dez/24.



A companhia possui mais de 168 mil km de rede sob gestão, sendo 97,7 mil km de rede de longa distância e 71,1 mil km de rede metropolitana com praticamente 100% de rede própria. Possui presença em 9 estados brasileiros e atua em 307 cidades, com um market share relevante especialmente nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Possui uma base de clientes robusta com 4,2 mln de homes passed¹ e 1,06 milhões de homes connected² considerando as aquisições recentes.

O business plan da empresa é bastante agressivo, adotando uma estratégia de crescimento inorgânica por meio de aquisições de outros provedores de internet com um histórico de aquisições e integração de 56 companhias. Dessa forma a companhia consegue capturar sinergia e ganhos de escala para a operação.

Em jan/25, a Brasil TecPar recebeu um investimento inicial de R\$ 300 milhões da Macquarie Capital, que passa a fazer parte da estrutura societária da empresa com uma participação de 16%. O acordo de investimentos permite que a Macquarie aumente a sua participação em até R\$ 1,5 bln nos próximos 4 anos de modo a acompanhar o plano estratégico de negócios da companhia.

A S&P atribuiu o rating A+ para a 3ª emissão da Brasil TecPar reiterando a expectativa da agência de que a empresa continuará crescendo de forma orgânica e inorgânica nos próximos anos, mantendo a sua posição de mercado.

A operação conta com uma pacote de garantias robusto incluindo a alienação fiduciária dos bens móveis correspondentes à rede de cabeamento de fibra óptica e equipamentos de rede que devem corresponder a 100% do saldo devedor da emissão e a cessão fiduciária de recebíveis oriundos de contratos comerciais da TecPar que devem corresponder a 15% do saldo devedor.

¹Domicílios aptos a receber uma conexão. ²Domicílios efetivamente conectado à rede.

RBR Infra DI Renda Mais

Julho 2025 | Relatório Mensal

i Características Gerais do Fundo

Razão Social

RBR Infra DI Renda Mais Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa Responsabilidade Limitada

Código Cetip

6070025UN1

CNPJ

60.022.798/0001-02

Objetivo

Proporcionar rendimentos aos cotistas por meio de investimentos em títulos privados de dívida nos setores relacionadas a Infraestrutura preponderantemente na aquisição de Debêntures Incentivadas de Infraestrutura

Segmento

Infraestrutura

Gestor

RBR Infra Gestora de Recursos Ltda.

Administrador

XP Investimentos Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Público-alvo

Investidores em geral

Início do Fundo

06/05/2025

Prazo de Duração:

7 anos

Ambiente de Negociação das Cotas

Mercado de Balcão (MDA B3 CETIP)

Data-base (Rendimentos)

Último dia útil do mês anterior à distribuição

Pagamento de Rendimentos

Até o 8º útil dia do mês

Cotas Emitidas

1ª Emissão – 1ª Tranche (06/05/25): 854.475
1ª Emissão – 2ª Tranche (04/06/25): 764.615

Números de Cotistas

4.419

Rentabilidade Alvo

1,0% a 2,0% acima do CDI

Taxa de Gestão e Administração

1,25% a.a.

Taxa de Performance

20% do montante dos rendimentos efetivamente distribuídos que excederem a variação do CDI, apurada anualmente no término do exercício social do fundo.

Exercício Social

Fevereiro

Tributação

Isenção IRPF (rendimentos e ganhos de capital)

Patrimônio Líquido 31.07

R\$ 164,1 milhões

As informações contidas nesta apresentação não podem ser consideradas como única fonte de informações no processo decisório do investidor, que, antes de tomar qualquer decisão, deverá realizar uma avaliação minuciosa do produto e respectivos riscos, face aos seus objetivos pessoais e ao seu perfil de risco ("Suitability"). Assim, não é possível prever o desempenho futuro de um investimento a partir da variação de seu valor de mercado no passado. É recomendada a leitura cuidadosa do Formulário de Informações Complementares e regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos.

Este boletim tem caráter meramente informativo, destina-se aos cotistas do Fundo, e não deve ser entendido como análise de valor mobiliário, material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro ou investimento. Recomendamos consultar profissionais especializados e independentes para eventuais necessidades e questões relativas a aspectos jurídicos, tributários e de sucessão. As informações veiculadas, os valores e as taxas são referências às datas e as condições indicadas no material, e não serão atualizadas. Verifique a tributação aplicável. As referências aos produtos e serviços são meramente indicativas e não consideram os objetivos de investimento, a situação financeira, ou as necessidades individuais e particulares dos destinatários. O objetivo de investimento não constitui garantia ou promessa de rentabilidade. Os dados acima consistem em uma estimativa e não asseguram ou sugerem a existência de garantia de resultados ou informações nele contidas. Adicionalmente, não se responsabilizam por decisões dos investidores acerca do tema contido neste material nem por ato ou fato de profissionais e especialistas por ele consultados. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Fundos de Investimento não são garantidos pelo administrador do fundo, gestor da carteira, por qualquer mecanismo de seguro, ou ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa tanto do prospecto quanto do regulamento do Fundo, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e a política de investimento do Fundo, bem como as disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que este está exposto. Os riscos eventualmente mencionados neste material não refletem todos os riscos, cenários e possibilidades associados ao ativo. O investimento em determinados ativos financeiros pode sujeitar o investidor a significativas perdas patrimoniais. Ao investidor cabe a responsabilidade de se informar sobre todos os riscos, previamente a tomada de decisão sobre investimentos. Ao investidor caberá a decisão final, sob sua única e exclusiva responsabilidade, acerca dos investimentos e ativos mencionados neste material. Para obter informações sobre objetivo, público-alvo e riscos, consulte o regulamento do Fundo. São vedadas a cópia, a distribuição ou a reprodução total ou parcial deste material, sem a prévia e expressa concordância do administrador e do gestor do Fundo.



RBR Asset Management
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.400 Cj. 122
São Paulo, SP - CEP: 04543-000
Tel: +55 11 4083-9144 | contato@rbrasset.com.br
www.rbrasset.com.br

Glossário

Covenants: cláusulas restritivas presentes em contratos de dívida que tem como objetivo a proteção dos credores.

Debêntures: As debêntures são títulos representativos de dívida emitidos por empresas com o objetivo de captar recursos para diversas finalidades, como, por exemplo, o financiamento de seus projetos. Os investidores, ao adquirem esses papéis, têm um direito de crédito sobre a companhia e recebem remuneração a partir dos juros.

Debêntures Incentivadas de Infraestrutura: Debêntures emitidas com base no artigo 2º da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011

Duration: A *Duration* de um ativo é a média ponderada do prazo que um investidor leva para recuperar um investimento realizado, geralmente medido em meses ou anos.

EBITDA: *Earnings Before Interest Tax Depreciation and Amortization* (EBITDA) é uma métrica que representa o lucro operacional de uma empresa.

EPCI: Engineering, Procurement, Construction and Installation (EPCI) é um tipo de contrato que compreende em um só instrumento o projeto, a construção, a compra de equipamentos e a montagem para determinada obra.

Ganho de Capital: Diferença positiva entre o valor de venda de um bem e seu valor de compra.

ICSD: o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) é um indicador financeiro que mensura a capacidade do devedor em amortizar a dívida e pagar juros em um dado período

MtM: Marcação a Mercado (*Market to market*).

Non-recourse: tipo de financiamento no qual o pagamento da dívida é limitado aos fluxos e às garantias específicos do projeto.

NTN-B: título público brasileiro pós-fixado indexado ao IPCA.

Project finance: modalidade de estruturação financeira onde o serviço da dívida é suportado pelo fluxo de caixa gerado pelo projeto e tem como garantia seus ativos e recebíveis.

Ramp-up: termo que representa que a performance comercial do projeto está em fase de crescimento.

Serviço da dívida: parcela de pagamento da dívida composta por juros e principal.

SPE: Sociedade de Propósito Específico (SPE) é um modelo de organização empresarial pela qual se constitui uma empresa que tem um objetivo específico pré-determinado.

Spread: Diferença da taxa cobrada de uma operação e a taxa de referência (ex. NTN-B) de mesma *duration*.

Swap: derivativo financeiro para a troca de ativos com fluxos financeiros por período determinado, sendo um com o valor fixo e outro atrelado a uma variável, como uma taxa de câmbio ou um índice de preços.

UFV: Usina de Energia Solar Fotovoltaica

Yield: retorno obtido em um investimento após determinado período.